DOI: 10.5433/1984-3356.2025v18n35p114-136
Submissão: 09/09/2024 | Aceite: 02/05/2025

Migração de família e a liderança feminina (Ceará e Piauí - século XIX)

Family migration and female leadership (Ceará and Piauí - 19th century)

Migración familiar y liderazgo femenino (Ceará y Piauí - siglo XIX)

Márcio Douglas de Carvalho e Silva[1]

Resumo: Este artigo analisa a migração de famílias cearenses para o Piauí e o deslocamento interno de piauienses entre núcleos populacionais durante a segunda metade do século XIX, com ênfase no protagonismo feminino nesses processos. A pesquisa destaca a composição familiar dos migrantes, as estratégias de sobrevivência adotadas pelas mulheres e sua liderança nos grupos em deslocamento. Foram utilizadas fontes como ofícios, atas e códices das Comissões de Socorros Públicos do Piauí, relatórios governamentais e notícias da imprensa da época. Os resultados revelam que as mulheres, muitas vezes chefes de família, desempenharam papéis centrais na condução e manutenção de seus grupos, reconfigurando dinâmicas sociais em contextos de crise.

Palavras-chave: migração; família; mulheres; secas; século XIX.

Abstract: This article examines the migration of families from Ceará to Piauí and the internal displacement of Piauí residents among population centers during the second half of the 19th century, with an emphasis on women's protagonism in these processes. The research highlights the family composition of migrants, the survival strategies adopted by women, and their leadership in displaced groups. Sources such as official correspondence, minutes, and codices from the Public Relief Commissions of Piauí, government reports, and contemporary news articles were utilized. The findings reveal that women, often heads of households, played central roles in guiding and sustaining their groups, reshaping social dynamics in crisis contexts.

Keywords: migration; family; women; droughts; 19th century.

Resumen: Este artículo analiza la migración de familias cearenses hacia Piauí y los desplazamientos internos de piauienses entre núcleos poblacionales durante la segunda mitad del siglo XIX, con énfasis en el protagonismo femenino en estos procesos. La investigación destaca la composición familiar de los migrantes, las estrategias de supervivencia adoptadas por las mujeres y su liderazgo en los grupos en desplazamiento. Se utilizaron fuentes como oficios, actas y códices de las Comisiones de Socorro Público de Piauí, informes gubernamentales y noticias de la prensa de la época. Los resultados revelan que las mujeres, frecuentemente

jefas de familia, desempeñaron roles centrales en la conducción y mantenimiento de sus grupos, reconfigurando dinámicas sociales en contextos de crisis.

Palabras clave: migración; familia; mujeres; sequías; siglo XIX.

Introdução

O deslocamento humano no Brasil teve sua dinâmica influenciada por diversos fatores, entre eles a ocupação de territórios pouco habitados, a exploração econômica de determinadas regiões e a ocorrência de fenômenos climáticos, como as secas. No Oitocentos, as províncias do Norte do Império aparecem na historiografia como regiões receptoras de pessoas, a exemplo do Pará, ou ponto de partida, como o Ceará, que teve um intenso fluxo de seres humanos para outras partes do Norte e para o Sul, em diferentes épocas, porém de forma mais frequente nos anos de secas prolongadas, quando migravam para locais distantes e para as províncias fronteiriças.

O Piauí foi, principalmente nos anos marcados pelas secas, como entre 1877 e 1879 e 1888 e 1889, um ponto de chegada para muitos cearenses que atravessaram a fronteira entre as províncias, quase sempre a pé, buscando condições não só de sobrevivência, mas também de permanência.

Entre os elementos envolvidos nas causas das migrações, deve-se considerar o "[...] papel do próprio migrante na leitura da possibilidade do deslocamento" (Cardoso, 2012, p. 77), que elegia o Piauí como rota e destino, enfocando a ação protagonista de mulheres e homens no curso das migrações, inserindo "[...] os migrantes enquanto partícipes na conformação dos deslocamentos, levando em conta as implicações de suas ações, em diálogo com a variedade de outros fatores conjugados na trama das travessias", vendo-os em ação constante "[...] não necessariamente movidos por algo que lhes é exterior, movimentando-se no rastro das suas possibilidades, das suas intenções" (Cardoso, 2012, p. 72).

Ao "caminhar" pela leitura dos documentos, é possível compreender as estratégias, intenções, ações protagonistas e modos de resistência de famílias pobres migrantes e piauienses, principalmente das mulheres "pobres e desvalidas" e suas famílias, indo de encontro a "[...] um desejo análogo de inverter as perspectivas historiográficas tradicionais de mostrar a presença real das mulheres na história mais cotidiana [...]" (Perrot, 2017, p. 171).

Mesmo com a prevalência de homens nos grupos migrantes, as mulheres aparecem como chefes da família, o que sugere, além do protagonismo feminino nesse processo, uma espécie de "poder matriarcal", possibilitando investigar uma

gama variada de práticas e agências sociais. Esses registros levam ao encontro de práticas que foram "[...] constituídas num contexto familiar, em que muitas vezes as chamadas relações de gênero não podem ser menosprezadas quando da análise das fontes" (Lacerda, 2003, p. 305).

Verificada a produção acadêmica regional e identificado "[...] que os grupos familiares e as mulheres pouco aparecem", busca-se focalizar o papel da mulher nesse processo, seja ela viúva, casada ou solteira, independentemente da idade. Dado isso, percebe-se a existência de uma articulação complexa que exprime o cerne de famílias chefiadas por mulheres nas migrações do Oitocentos e "[...] que apontam para mudanças importantes na condição feminina em nosso meio. Esse fenômeno, ainda no século XIX, já pode ser indicativo de mudanças significativas na condição feminina no meio social em que viviam" (Oliveira, 1992, p. 152).

Partindo disso, este artigo tem como objetivo analisar as dinâmicas migratórias de famílias cearenses e piauienses durante os períodos de seca entre 1877-1879 e 1888-1889, com ênfase no protagonismo feminino na condução desses grupos, explorando como as mulheres, muitas vezes chefes de família, organizaram estratégias de sobrevivência e resistência em contextos de crise. Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender as migrações familiares entre Ceará e Piauí no século XIX, com foco no protagonismo feminino, um tema ainda pouco explorado na historiografia regional. A relevância do estudo apresenta-se em dois aspectos principais: pelo valor histórico, ao analisar o funcionamento dessas redes familiares e a liderança exercida pelas mulheres; e pelo aspecto social, ao demonstrar como as secas aceleraram transformações nas estruturas familiares e nas relações de poder.

As secas no Ceará e Piauí e as migrações na segunda metade do século XIX

A segunda metade do século XIX é historicamente marcada por episódios de secas que atingiram algumas províncias do Norte do Império Brasileiro, de modo mais direto, aquelas que atualmente situam-se na região Nordeste do país. Embora não tenha sido um fenômeno inédito no Oitocentos nessa região, em 1877 iniciou-se uma seca que, pela sua expansão temporal e geográfica, desdobrou-se em consequências que impactaram a natureza, os animais, a economia, a sociedade, a história e a vida de muitos seres humanos.

Estendendo-se por três anos, a seca de 1877-1879 ampliou seu campo de abrangência à medida que a esperança de chuva se esvaía. A imprensa divulgava, com bastante ênfase, cartas de várias partes do Ceará que descreviam o estado de calamidade em que já se encontrava a população. Durante essa quadra, multiplicaram-se as notícias que combinavam relatos sobre a fome que assolava a população e os animais, muitos dos quais chegaram a óbito, a proliferação de doenças e epidemias, assim como a intensa migração da população cearense para diversos destinos do Império. No fim da década seguinte, o inverno mais uma vez foi irregular, apresentando-se com intensidade inferior à esperada e de forma desigual em diversas regiões do Ceará (Brasil, 1889), provocando, mais uma vez, apreensão na população e requerendo ações do poder público a fim de que não tivessem o mesmo impacto no ano de 1888. Contudo, essa nova seca também foi intensa e, no ano de 1889, o poder público já reconhecia que "[...] as classes pobres achavam-se a braços com a penúria, os lavradores e criadores com suas indústrias profundamente comprometidas, e privados eles mesmos dos meios de subsistência. Ao jornaleiro escasseava o trabalho" (Brasil, 1889, p. 97).

As consequências já eram conhecidas e a perda humana, seja pela morte ou migração, era mais uma vez uma realidade para o Ceará e um desafio para a administração pública, que, fazendo uso dos recursos recebidos do Ministério do Império, bem como de doações de particulares e entidades sensibilizadas pelas notícias da "seca do Norte" veiculadas pela imprensa cearense e da capital do Império, buscava amenizar a situação da população por meio da instalação dos Socorros Públicos. Esses socorros poderiam ser direcionados aos necessitados, a depender da época e do governo, de forma direta, com doações de alimentos, por exemplo, ou indireta, quando os considerados "válidos" eram destinados para as obras públicas, como projetos de açudagem e estrada de ferro. É válido reconhecer que nem sempre esses socorros eram suficientes, pois, além de não serem o bastante para aqueles que os recebiam, nem todos tinham acesso a eles. De toda forma, embora houvesse esforços, parte da população era desassistida e, a depender dos recursos que possuíam, recorria à migração, seja indo para Fortaleza e, de lá, conseguindo uma passagem, muitas vezes subsidiada, para o Pará e Amazonas, ou para os cafezais do Sul, ou deslocando-se para as províncias vizinhas, como o Piauí, que, nos dois episódios datados, recebeu um grande fluxo de cearenses em seu território, mesmo estando, assim como o Ceará, atingido pela seca (Silva, 2024).

Embora a imprensa da época e o poder público tenham dado maior importância à seca que se desdobrava no Ceará, esse fenômeno também esteve presente em terras piauienses em diferentes momentos da história, incluindo as secas de 1877-1879 e 1888-1889. Por ter tido maior visibilidade na época em que ocorreram, as secas do Ceará, em um processo consequente, também ganharam maior destaque na historiografia em detrimento dos episódios que atingiram o Piauí, mesmo havendo vastos e importantes registros sobre os impactos econômicos e sociais desse fenômeno nessas terras (Silva, 2024).

Com intensidade e abrangência distintas nos dois momentos citados na segunda metade do século XIX, a seca piauiense existiu enquanto fenômeno climático e acentuou os desafios da sobrevivência da população local com a chegada da massa de migrantes oriundos do Ceará, requerendo a ação do poder público e gerando, da mesma forma que em outras regiões do Império onde se apresentava, alarde na imprensa.

Antes das notícias da chegada de migrantes em terras piauienses, as primeiras informações sobre a seca na província foram levadas ao público em maio de 1877 pelo periódico *A Imprensa*, ligado ao Partido Liberal. Segundo o noticiado, em abril daquele ano, a população de Príncipe Imperial já se encontrava em "estado aflitivo" diante da ausência de chuvas, prevendo as consequências que se sucederiam: fome e "miséria extrema", além da migração (A Imprensa, 1877a, p. 4).

Em junho, os efeitos da seca já eram sentidos com mais intensidade em Príncipe Imperial, bem como começavam a aparecer em outras comarcas do Piauí. Na localidade citada, já tendo perdas inevitáveis, os criadores solicitavam ao governo a dispensa do dízimo cobrado sobre o gado; da mesma maneira, o governo era alertado para que, a fim de evitar "maiores calamidades", enviasse mantimentos em socorro aos "flagelados" (A Imprensa, 1877b, p. 3).

À medida que transcorria o ano de 1877, as notícias sobre a seca no Piauí deixavam de ser exclusivas de Príncipe Imperial. Em Piracuruca e em outras regiões da província, como Jaicós, Picos e Oeiras, já se tinha a "perspectiva da miséria" trazida por aquela quadra (A Imprensa, 1877b, p. 4). Passada a metade do ano, em agosto, já se encontravam casas abandonadas, devido à escassez de alimentos e à morte do gado (A Imprensa, 1877c, p. 3), e também se relatava

o óbito de pessoas que sucumbiam pela falta do que comer, tanto em Príncipe Imperial como em Independência (A Imprensa, 1877d, p. 4).

As Comissões de Socorros Públicos instaladas pelo governo da província do Piauí nem sempre enviavam recursos suficientes para atender às necessidades alimentares básicas da população local, que se tornavam ainda mais diminutas diante da carestia dos gêneros alimentícios e da migração de outras províncias, principalmente do Ceará (Silva, 2024).

A situação crítica em que se encontrava a população residente e migrada em Oeiras não era desconhecida do governo piauiense. Dos vários documentos produzidos pela Comissão de Socorros daquela cidade, um de 1877 mostrava um panorama amplo do impacto da seca naquela região, considerando "o estado vexatório" em que se achava a população daquele município, diante "[...] da presença de um grande número de emigrantes das províncias vizinhas (Ceará e Paraíba) que se acumulavam nesta cidade e seus arredores" (APEPI, 1877). Com a dimensão da situação, alegavam que as medidas tomadas pelo governo não eram suficientes "[...] para o mal de que tão dolorosamente nos ressentimos e que mais e mais doloroso ainda se figura no futuro". O gado, antes abundante em Oeiras, "[...] está magro e dificilmente se encontram reses que sirvam para o talho", receando-se que "brevemente falte carne no açougue". Àquela data, a Comissão de Socorros já possuía alistada uma população que ultrapassava seis mil pessoas, metade delas encontrando-se em "estado de penúria". Assim, dizia ter "[...] mais de seis mil indigentes em roda de um mercado vazio e todos aflitos na triste expectativa de uma miséria maior – a falta de carne" (APEPI, 1878a).

Teresina, há meses, recebia grandes levas de migrantes, tanto chegados, principalmente do Ceará, quanto alguns poucos de outras províncias, além de piauienses, em um fluxo de migração interna. Parte deles era destinada aos Núcleos Coloniais, que ficaram, em sua grande maioria, instalados a algumas léguas de Teresina. De propriedade particular, esses locais recebiam migrantes mediante contratos que seus proprietários estabeleciam com o governo. Nos Núcleos, as famílias podiam construir um local para moradia, além de se dedicarem ao trabalho da lavoura.

Em 1888, embora a seca já fosse sentida com intensidade no Ceará, no Piauí ainda se preservava a esperança de que haveria um bom inverno na virada para

1889. Pela imprensa, já se noticiava a demora das chuvas, aguardadas para começarem a cair no sul da província no final do ano de 1888; porém, chegado o mês de dezembro, a seca mantinha-se em "[...] sua plenitude e hediondez: os campos torram-se ressequidos" (A Imprensa, 1888, p. 3). Saindo de Oeiras, de onde a princípio se noticiava a falta de chuvas, outras regiões, como Valença e Jerumenha, também já eram citadas nos primeiros meses de 1889 pela imprensa. Na primeira, ressentia-se a morte do gado vacum e cavalar (A Imprensa, 1889a, p. 4); na segunda, já era sentida a alta dos preços dos alimentos (A Imprensa, 1889b, p. 3). Em Picos, morria o gado, e até o ano de 1890 ainda se encontravam pessoas pedindo esmolas ou praticando furtos para não morrerem de fome (Estado do Piauhy, 1890, p. 3).

Outras partes da província, já atingidas pela seca anterior, também foram revisitadas, como Jaicós, Piracuruca, Pedro II, Campo Maior, Marvão, além de Barras, Parnaíba, Amarração e a vila da Manga. De todas as notícias mencionadas pelos jornais e documentos oficiais, verifica-se o sofrimento humano, tanto dos piauienses quanto dos migrantes cearenses em processo de deslocamento entre as comarcas do Piauí, na sua grande maioria indo em direção a Teresina, tendo que enfrentar, além da fome, epidemias como impaludismo e sarampo (Piauí, 1890, p. 41), e as febres que com frequência se faziam presentes no cotidiano da população do século XIX, muitas vezes tirando-lhe a vida. Da mesma forma que na seca da década anterior, o governo da província abriu créditos e estabeleceu as Comissões de Socorros a fim de minimizar o sofrimento da população local e migrante.

Migração de famílias e a agência feminina

Em 1877, diante das narrativas de cenas de dor e sofrimento humano divulgadas pela imprensa na capital do Império, ocorridas no Norte, provocadas pela seca, principalmente a que se conhecia desdobrando-se no Ceará, pessoas e entidades se sensibilizavam para angariar recursos, na tentativa de amenizar a fome daquela população "desvalida". Uma dessas ações foi concretizada em junho daquele mesmo ano, em um evento denominado "A festa da caridade". Ocorrido no Teatro São Luís, no Rio de Janeiro, o episódio foi composto, entre outros momentos, por declamações de poemas. Um deles narra, em meio à seca, a migração de uma família, descrevendo suas dores e sofrimentos.

Vede-os, à noite na estrada
Passar em bandos sombrios;
Mas mães carregando ao seio
Os filhos do seu amor,
Sem encontrarem aguada,
Secas as fontes e os rios,
Mortas de fome e horror.
[...]
E já os filhos piedosos
Construíram a liteira
Em que transportam chorosos
A mãe velhinha e doente,
Com os galhos a mangueira
Que lhes sombreava o lar,
E enxugam lhe o pranto ardente
Com beijos de amor sem par (Gazeta de Notícias, 1877, p. 1).

A continuidade do poema narra a chegada da família à cidade, "[...] já quase a morrer de fadiga, desespero, fome e sede", onde também encontram lamentações e outros que compartilham das mesmas necessidades. Mais do que narrar em versos a condição humana em meio a uma seca que força o deslocamento, o poema enfoca um aspecto relevante: a mãe, mulher, idosa e doente, é o ser agente do processo, mesmo diante das limitações, conduzindo seus filhos em busca de sobrevivência. O que o poema narra também foi cena lida no jornal *A Imprensa*, ao relatar as angústias de uma mãe de Príncipe Imperial em 1877. Segundo o relato, "[...] vê-se muitas vezes a corrente de lágrimas da carinhosa mãe, que está junto ao leito de um filho quase inanimado!" (A Imprensa, 1877, p. 4). O contexto e os sujeitos expressos na produção literária são carregados de significados, pois foram famílias, em números significativos, lideradas por mulheres, que se deslocaram do Ceará para o Piauí ao longo das secas que atingiram as duas províncias na segunda metade do século XIX.

Ao analisar o contexto das migrações no ano de 1879, o presidente da província do Ceará, Albuquerque Barros, considerou que os deslocamentos eram motivados por "última necessidade", pois aquele processo envolvia abandonar o lar e "[...] expor a sua família a longas e penosas jornadas em busca de um refúgio incerto e desconhecido" (Ceará, 1879, p. 40). Com isso, buscava-se justificar os altos índices migratórios da população cearense para diferentes partes do Brasil naquele período e a consequente perda do contingente populacional da província.

Embora a migração de cearenses na segunda metade do século XIX seja um fenômeno que tem recebido determinado enfoque em áreas como a história e a literatura, o deslocamento dessa população para o Piauí em período de crise ainda é um elemento que abre espaço para importantes análises, entre elas, as dinâmicas migratórias que foram empreendidas. Dentro desse contexto, talvez o elemento que mais desperte a atenção seja a composição dos grupos migratórios. Na documentação analisada, é comum encontrar famílias completas chegando a diferentes localidades do Piauí, incluindo pessoas de todas as idades, muitas com a identificação completa de todos os membros familiares. Identifica-se também que esses deslocamentos do Ceará para o Piauí eram realizados, na grande maioria das situações, a pé, seguindo rotas que cortavam as serras que serviam como barreira natural entre as duas províncias e, adentrando o território piauiense, direcionavam-se para vilas e cidades onde acreditavam encontrar meios de subsistência, chegando até Teresina.

Em 1877, a Comissão de Socorros de Oeiras elaborou uma lista geral dos emigrantes existentes naquela cidade que receberam esmolas. Desse total, o documento enumera 934 "pais de família", citando o nome do/a líder familiar, assim como o número de pessoas que compunha cada grupo. A lista contabiliza 5.702 pessoas, excluindo desse número os líderes familiares que possuem seus nomes revelados. Se somados, chega-se ao total de 6.636 sujeitos. Considerando o número de pessoas por grupo, a grande parte era composta por menos de uma dezena de indivíduos, estimando-se que se concentravam, em média, sete pessoas por família. Entre as famílias mais numerosas, encontram-se as de Vicente Firmino da Silva, com 26 pessoas; Jó Rodrigues Nogueira, com 18 pessoas; Manoel Leonardo de Melo e Antonio da Costa, ambos com 16 familiares; e Theresa Maria da Conceição, na condução de 17 pessoas. Além de Theresa Maria, outras mulheres também aparecem como "pais de família", tendo a elas associado um número significativo de acompanhantes: Lucia Maria da Conceição (13), Joana Maria de Jesus (11), Umbelina Maria do Sacramento (10), assim como muitas outras, chegando ao número de 103 famílias conduzidas por mulheres (11,2%), guiando, ao todo, 570 pessoas, representando aproximadamente 10% da população migrante que foi listada em Oeiras, em outubro daquele ano (APEPI, 1877).

Esse demonstrativo é apenas um entre os vários documentos e listas que indicam que a migração de cearenses para o Piauí na segunda metade do século XIX era composta por grupos familiares, o que permite caracterizá-la como migração

de família. Essa modalidade migratória é aqui definida como um agrupamento de pessoas que possuíam laços sanguíneos ou de parentesco, liderados por um homem ou uma mulher, mulher – independentemente de ser ou não genitor(a) dos demais membros do grupo –, que deixavam seu local de moradia e deslocavam-se em busca de regiões que poderiam oferecer meios de sobrevivência para si e para aqueles que os acompanhavam, especialmente em períodos de crise.

A presença feminina é expressiva em outros documentos da época que mostram seu protagonismo diante da necessidade de condução familiar. Por sua condição social, muitas, consideradas pobres, desde cedo tinham que procurar a garantia do seu sustento, desempenhando atividades diversas, como "[...] costureiras e rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras – estas últimas, na enxada, ao lado de irmãos, pais ou companheiros, faziam todo o trabalho considerado masculino: torar paus, carregar feixes de lenha, cavoucar, semear, limpar a roça do mato e colher" (Falci, 2004, p. 202). Isso mostra que à mulher pobre que vivia no Norte do Brasil no século XIX recaíam funções e obrigações para além da ambiência do gerir privado e materno a que comumente eram destinadas.

Na ausência do pai ou do esposo, o gerenciamento da família passava para o seu comando, o que implicava "poder, mas também aumento de responsabilidade [...] em períodos de penúria, privação pessoal" (Perrot, 2017, p. 190). Em diferentes listas das Comissões de Socorros Públicos do Piauí, produzidas ao longo da seca de 1877-1879, as mulheres aparecem como responsáveis por um grupo de pessoas, que incluía, além dos seus filhos, outros familiares, como sobrinhos órfãos, irmãos e ascendentes, por exemplo. Em 1878, a Comissão de Socorros Públicos de Oeiras listou o nome de 134 pessoas, tendo algumas delas acompanhantes, somando-se 230 indigentes que receberam esmolas do governo no dia 6 de abril daquele ano. Das 134, 108 foram identificadas como mulheres, sendo 44 acompanhadas e 64 declarando estar sozinhas, o que possibilita "[...] encontrar um número expressivo de mulheres dando rumo próprio a sua vida" (Lacerda, 2003, p. 306). Diante dos diferentes graus de parentesco que podiam existir dentro de um mesmo grupo liderado por uma mulher, este documento diferencia ao apresentar o caso de Bárbara Francisca da Costa, ao mostrar que ela não estava conduzindo "pessoas", mas "oito filhos".

Para além disso, esse documento é importante por alguns aspectos específicos. Define os beneficiados como "indigentes", diferentemente de outra listagem da

mesma data que classifica um número maior de pessoas que também receberam esmolas como "emigrantes". Essa mudança de termos pode indicar que os da lista de indigentes eram pessoas residentes em Oeiras, enquanto os demais eram de províncias ou municípios vizinhos; apresenta um número significativo de mulheres que se declaravam sozinhas para o recebimento de esmolas, como fez Petruciana Maria da Cunha, podendo ser um artifício para receber o benefício individualmente, e assim cada membro da família ter uma quantidade a mais; e destaca outras mulheres que estavam representando um número significativo de indivíduos, como Francisca Maria de Sousa, que recebeu esmolas para si e mais 13 pessoas, e outras duas que apresentaram condições diferenciadas: Raquel, sozinha e cega, e Carlota, identificada como viúva de Malaquias, acompanhada por sete pessoas (APEPI, 1878a). Essa condição em que viviam e as formas de gerenciar o pouco que recebiam, seja declarando-se solteiras ou sozinhas, ou responsáveis por uma grande prole, significava que "[...] administrar a miséria era, antes de tudo, sacrificar-se. Apesar disso, era também a base do poder das donas-de-casa, o fundamento de suas intervenções [...]" (Perrot, 2017, p. 176). Isso leva à identificação de que "as mulheres enviuvadas assumiam, na maioria dos casos, a posição de "cabeça" da família" e, principalmente nos estratos sociais menos favorecidos,

> [...] a liberdade alcançada [...] devia-se ao fato de ela ter passado da tutela paterna para a conjugal e desta para a viuvez. A responsabilidade que o poder masculino exercia sobre a mulher transferia-se, por intermédio do falecimento do chefe familiar, para as mãos da própria dama (Silva, 2015, p. 116).

Embora, nos casos do documento citado, não esteja especificado que tipo de esmolas eram distribuídas para essas mulheres, uma nota publicada no jornal *A Imprensa* em 1877 indicava que a esmola distribuída pela comissão de Oeiras naquele ano, nos dias de quarta-feira e sábado, aos indigentes e emigrantes, não passava de "um ou dois quilogramas de carne verde" (A Imprensa, 1877d, p. 4), o que possivelmente era uma quantidade insuficiente para o suprimento da família por muitos dias, tendo em vista as várias queixas relatadas pelas Comissões de Socorros ao presidente da província sobre os baixos proventos que possuíam para tamanha demanda de pessoas que tinham que socorrer. Em meados de 1878, a comissão pedia atenção do presidente da província, Sancho Barros Pimentel, para a "calamidade" que se instalara em Oeiras, a fim de que ele habilitasse "a tornar eficaz o socorro público", pois a referida comissão possuía "apenas um conto de réis, suficiente para apenas 12 dias" (APEPI, 1878a).

Por esse motivo, o jornal *A Época* denunciou a distribuição dessas esmolas pela comissão de Marvão no ano de 1878, que, em alguns casos, "[...] deram 80 réis a famílias compostas de 12 pessoas!". Diante disso, questionava: "E que esmola é essa para famílias grandes, esvaídas de forças e sem alento, em um lugar onde não há recurso de natureza alguma?!" (A Época, 1878b, p. 4). Dos requerimentos produzidos no breve período em que o Barão de Campo Maior ocupou a presidência da província (21 de novembro de 1877 a 9 de janeiro de 1878), comumente era deferido o suprimento por um número de dias que a família deveria ser atendida, geralmente pelo prazo de oito dias, como foi concedido a Florencia Vieira da Costa e sua família, em dezembro de 1877 (APEPI, 1877).

As esmolas também eram, em algumas situações, doadas por meio de iniciativas particulares. Embora os periódicos e as comissões de socorros relatassem o esgotamento da "caridade particular", quando até mesmo "os mais favorecidos da fortuna não têm o que dar" (A Época, 1878a, p. 1), visto a condição de crise em que todos estavam imersos, foram noticiados alguns exemplos de "ação meritória", como fez "o Sr. Dr. Joaquim Antonio da Cruz, que distribuiu 50$000 réis de esmola entre as pobres e infelizes vítimas do terrível flagelo da seca" (A Época, 1878c, p. 4).

Nas listas produzidas pela Comissão de Socorros de Oeiras, que especificam serem de emigrantes, as mulheres também são enumeradas repetidamente. Das 571 famílias classificadas em 13 de abril de 1878 como aptas para receberem esmolas, 180 (31,5%) eram chefiadas por mulheres, totalizando 824 pessoas (25,4%) das 3.241 que foram contabilizadas (APEPI, 1878a). Do total de famílias de emigrantes enviadas de Oeiras para Amarante em 16 de maio de 1878, 39 (31,7%) de um total de 123 famílias possuíam mulheres no comando, sendo, portanto, mais de um quarto, 137 (27,3%) das 501 pessoas totalizadas (APEPI, 1878a).

A presença feminina como chefe de grupos familiares revela uma história da migração brasileira ocorrida no norte do império, muito mais complexa e dinâmica do que se conhece até então, envolvendo não só a agência ao chegar ao local de destino, mas comportando todas as "[...] estruturas que esses grupos vão tecendo desde a saída de seus lugares de origem" (Lacerda, 2003, p. 314). Isso mostra que as mulheres

> [...] não são passivas nem submissas. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. [...] elas têm outras práticas cotidianas,

> formas concretas de resistência [...] enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra (Perrot, 2017, p. 193).

Por empreenderem a migração em situações extremas, é compreensível que o rompimento com o local de origem fosse feito de forma integral, o que significa que não havia a possibilidade de apenas alguns familiares irem à frente enquanto os demais ficavam à espera de notícias ou do momento oportuno para também migrarem. Com isso, observa-se que muitos grupos familiares com laços de parentesco optavam pelo deslocamento em conjunto, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 1 – Família de emigrantes cearenses no lugar Bento, termo de Teresina (década de 1870)

Número	Nome	Estado civil	Idade
01	Pedro Mendes Maciel	Casado	46
02	Barba Virgem da Conceição	Casada	42
03	Pedro Mendes Maciel Filho	Solteiro	21
04	Antonio Mendes Maciel	Solteiro	16
05	Victoria Mendes Maciel	Solteira	15
06	Francisco Mendes Maciel	Solteiro	14
07	Candida Mendes Maciel	Solteira	11
08	Leonel Mendes Maciel	Solteiro	10
09	Joaquim Mendes Maciel	Solteiro	9
10	Maria Mendes Maciel	Solteira	8
11	Petrolina Mendes Maciel	Solteira	5
12	Manoel Mendes Maciel	Solteiro	3
13	Mariana Mendes Maciel	Solteira	2

Fonte: APEPI. Comissão de Socorros Públicos (década de 1870).

Como é perceptível, trata-se de uma família numerosa de migrantes cearenses que se encontrava no município de Teresina durante a seca da década de 1870, composta por pai e mãe como membros nucleares, que migraram com os filhos, em grande parte ainda menores de idade. Não só crianças eram expostas ao transcurso incerto da migração, como também famílias formadas por pessoas de idade avançada, incluindo muitas no conduto do grupo, como a viúva Maria de Jesus Vieira, de 60 anos; Miguel Lopes da Sila, casado, de 62 anos; Ignácio Manoel de Azevedo, solteiro, de 68 anos; e a viúva Joana Maria de Jesus, de 60 anos, que, conforme seu registro, estava acompanhada de Maria de Jesus, de 28 anos; Josefa de Jesus, de cinco anos; e Gonçala Maria de Jesus, de 25 anos, todas declaradas solteiras.

Como visto anteriormente, também estabelecida no lugar Bento, nos arredores de Teresina, estava uma família composta somente por mulheres de diferentes idades, com destaque para uma já idosa e uma criança, todas solteiras. Esse é um dos exemplos de famílias matriarcais que despontavam no século XIX, em contraposição à estrutura patriarcal mais conhecida da época, indicando que, na ausência da figura masculina, as mulheres, inclusive as pobres, se viam na condição de seguir como guias e provedoras de suas famílias, quando necessário, deslocando-se para locais distantes em busca de refúgio, havendo o rompimento da família nuclear formada por pai e mãe.

Como observado, muitas mulheres conduziram seus familiares em direção ao Piauí, mas não só isso; era comum que ascendentes, principalmente avós, e também parentes colaterais assumissem a responsabilidade pela família quando os mais novos ficavam órfãos. Assim fez Marcelino Correia do Vale, solteiro, do termo de Independência, que requereu auxílio na Comissão de Socorros Públicos em Teresina, afirmando ter sob sua "[...] companhia seis pessoas, sendo uma cunhada com quatro filhos, chegando nesta capital há apenas dois dias, achando-se em estado lastimoso tanto da fome como de nudez e doenças" (APEPI, 1878b).

É possível que Marcelino Correia tenha assumido o papel do irmão na falta dele (por morte ou por abandono da esposa e filhos), tomando para si a responsabilidade sobre a cunhada e as sobrinhas, sendo um exemplo que mostra "[...] a precariedade da família conjugal, *que* tem sido uma constante na história dos grupos populares no Brasil. Além de migração e divórcio, a morte foi, historicamente, causa comum da ruptura desse grupo doméstico" (Fonseca, 2004, p. 537). De maneira semelhante a Marcelino, Manoel de Sousa Mourão, de Príncipe Imperial, estando em Teresina e justificando ter emigrado em consequência da seca, "[...] perdendo todos os bens que até então dispunha", identificou sua família composta por ele, "sua senhora, uma cunhada viúva e três filhos menores desta" (APEPI, 1879).

Alegando também ter em sua companhia alguns órfãos, Francisco Felipe, viúvo e emigrante cearense, vivendo em Teresina, na freguesia do Amparo, solicitou, em setembro de 1878, fazendas e cereais para sua família, formada por sete pessoas. Além dele, estavam Cecília, de 19 anos, órfã; Ananias, de 16 anos; Maria, de 11 anos; Raimundo, de 14 anos; Ana, de 15 anos (os quatro últimos, órfãos de pai e mãe); e, por último, Jeremias, órfão de pai. A composição da

família de Francisco Felipe mostra a complexidade das configurações familiares que ocorreram naqueles anos de seca. Se considerarmos que se tratava de um viúvo e que, das seis pessoas que estavam em sua companhia, quase todas eram menores e órfãos, pode-se levantar suposições acerca do grau de parentesco dessas pessoas com ele, pois quatro eram órfãos de pai e mãe, e dois, de pai. Isso significa que nenhum era seu filho, e que dois possuíam mãe, mas esse elemento também fica subentendido. Esse exemplo, assim como os demais expostos anteriormente, mostra que nessas teias familiares migrantes "[...] os laços de sangue não constituíam um único grupo, e sim dois, distintos, embora concêntricos: a família ou *mesnie*, que pode ser comparada à nossa família conjugal moderna, e a linhagem, que estendia sua solidariedade a todos os descendentes de um mesmo ancestral" (Ariès, 1986, p. 241). Com isso, pode-se afirmar que "[...] a coesão do grupo consanguíneo, embora fundamentada na solidariedade entre ascendentes e descendentes, não se limitava a isso. Estendia-se também aos parentes colaterais: irmãos, tios, primos" (Fonseca, 2004, p. 537).

Entre os ascendentes registrados com maior frequência sob o comando de menores estão as avós. Thereza Maria de Jesus, viúva, de 50 anos, alistada no 3º quarteirão da capital do Piauí, recebeu esmolas do governo em março de 1878, afirmando possuir seis netos sob sua responsabilidade (APEPI, 1878b). Além de Thereza Maria, muitas outras mulheres declararam ser viúvas e possuírem netos em sua companhia. Em fevereiro de 1879, Maria Raimunda da Silva, declarada viúva, com 58 anos de idade, requereu, por meio da Comissão de Socorros de Teresina, algum auxílio para sustentar e vestir a si mesma e a seus netos (APEPI, 1879). No ano anterior, Antonia Maria de Jesus, natural do Piauí, "[...] tendo consigo duas netas moças e órfãs de pai e mãe, vivendo em estado de 'verdadeira mendicância [...] pela seca que tem flagelado as províncias do Norte'", solicitava gêneros para si e suas netas (APEPI, 1878b). Como se observa, o estado de viuvez e a condição de avó de órfãos eram também uma das configurações familiares, tanto de migrantes quanto de piauienses. Embora não se tenha indício nos documentos, as características declaradas por cada pessoa poderiam ser uma forma de sensibilização feita pelos requerentes ao agente público que autorizava a entrega dos socorros, muitos deles carregados pelo emprego de uma semântica que buscava causar penosidade; esse é também um indicativo que pode explicar a quantidade de requerimentos feitos em nomes de mulheres, inclusive quando casadas.

Se havia uma determinada política de averiguação das afirmações dos requerimentos, não é algo claro, mas em um caso específico foi solicitado um atestado de veracidade da afirmação da requerente. Datado de 30 de outubro de 1878, no seu pedido, Elesbona Catharina de Carvalho Vasconcelos se declarou viúva, pobre e "em completo estado de penúria", pedindo, por isso, fazendas e vestuário para si e suas três filhas, de idades de 18, 13 e sete anos. Alegou que, diante da quadra calamitosa, seu trabalho de costura não era suficiente para o seu sustento e o de suas filhas (APEPI, 1878b). Na mesma data, outro documento solicitava a comprovação das afirmações da requerente, que foi respondido com a confirmação de que as informações eram procedentes (APEPI, 1878b).

Dentro das várias configurações familiares que foram moldadas pelas consequências da seca, podendo ser citadas a viuvez e a orfandade, é notório o requerimento feito em Teresina, assinado por quatro irmãs, entre elas Maria Virgelina Patrícia de Lima, "suplicantes de Príncipe Imperial", onde "viram acabar todos os seus bens" após a morte dos seus pais, o Major Raimundo Patrício e a mãe D. Joana P. Lima, ficando na "orfandade essa casa de mulheres". Estavam agora sob o comando de uma família de 16 pessoas, "sujeita a tantas fatalidades" e, naquele momento, necessitavam de "viveres preciosos" (APEPI, 1878b).

O que representava uma fatalidade para uma família de posses – cujas vidas foram remodeladas pela perda de bens, pelo deslocamento forçado, pela orfandade ou por serem mulheres obrigadas a agir para garantir a própria sobrevivência e a de seus familiares – poderia ser extremamente doloroso para moças criadas para serem boas esposas, sem familiaridade com o trabalho árduo do cotidiano. Essa ação, perceptível tanto no ato da migração quanto na submissão a pedidos de caridade pública, contrastava com a realidade da maioria das mulheres que aparecem nos requerimentos e nas listas das comissões de socorros do Piauí, justamente por liderarem suas famílias em meio à adversidade.

Nota-se, com isso, que a seca reduzia à pobreza extrema tanto os que já eram pobres quanto aqueles que estavam experimentando aquela realidade pela primeira vez, sejam homens ou mulheres, forçando todos a uma ação. Por isso, pode-se afirmar que, embora as migrações fossem compostas em sua grande maioria por famílias pobres, havia também grupos familiares com pessoas que possuíam instrução, cargos públicos e até fortunas, e que, durante a seca, estavam

em condição de vulnerabilidade. Um dos exemplos é o do Major Raimundo Patrício Lima, de Príncipe Imperial, que migrou para Teresina em 1877 com sua família composta por 32 pessoas, requerendo junto à comissão de socorros vestuário e viveres (APEPI, 1877).

Entre os vários nomes citados, são identificados homens, mulheres, crianças, idosos, piauienses e migrantes que viveram a experiência de lutar de forma mais árdua pela própria vida, deslocando-se, buscando alimento, submetendo-se, agindo e reconfigurando os laços com o lugar ou com os lugares por onde passaram ou permaneceram, e até mesmo a própria constituição familiar. Trazendo uma dinâmica até então pouco conhecida, a migração familiar e a liderança de mulheres durante as secas que atingiram o Ceará e o Piauí no século XIX, mostram que a mulher, principalmente a pobre, que desde jovem já tinha que lutar pelo seu sustento, nesse período já rompia com os padrões estabelecidos pelo patriarcado, destacando-se como agente e líder, embora muitas vezes pouco visualizadas. Todo esse ensejo que se reverberava em luta pode ser visto como conquistas, ao mesmo tempo em que "[...] é também uma carga pesada: com a soma que lhe é confiada, a mulher tem de alimentar a família; ela é responsável pela sua subsistência. Daí um sentimento de culpa se não o consegue e o fato, muitas vezes assinalado, de se privar em tempos de penúria" (Perrot, 2017, p. 191). Diante desse fato, é possível afirmar que essa configuração, analisada dentro dos "cortes temporais no calendário da história",

> [...] surpreendem estruturas populacionais específicas, conformadas por padrões demográficos que são, a um só tempo resultado de mudanças na forma das concepções de viver e sobreviver de uma sociedade e condicionantes de novas possibilidades e estilos de vida das diferentes camadas sociais. Oportunidades e fatalidades que se sucedem ao longo do ciclo vital das pessoas modelam suas biografias, e as situações em que ocorrem refletem-se nas configurações familiares, quando examinadas em um momento dado (Berquó, 1998, p. 413).

Dentro dessa percepção, pode-se visualizar esses vários grupos familiares que foram formados a partir do molde das migrações. No intento de compreender a composição familiar, percebe-se uma "estrutura dupla", tendo sua formação por um núcleo central dentro dos moldes patriarcais, composto pelo chefe da família, esposa e seus descendentes, ou ainda chefiada por uma mulher, seus descendentes diretos, e, quando não, por uma "estrutura de camada periférica mais complexa",

composta por parentes, filhos de criação, afilhados, amigos e vizinhos. Observa-se, com isso, graus diversos na composição familiar que delineavam sua moldura através dos vínculos afetivos e de solidariedade (Samara, 1989, p. 17). Mais do que números, os nomes revelam grupos familiares inteiros agindo, e ainda, centenas de mulheres que desempenharam papéis que já se reconheciam ou que tiveram que assumir diante da necessidade da condução familiar.

Considerações

A ação de mulheres, seja na condução familiar durante as migrações do Ceará para o Piauí no século XIX, assim como a continuidade de sua agência em terras piauienses, revela que esse grupo social, por vezes pensado como sujeitos passivos e conduzidos por códigos de comportamentos comuns ao período em que existiram, foi produtor e percorreu meandros até então pouco conhecidos na historiografia relativa às migrações regionais no Norte do Brasil, na segunda metade do século XIX.

Na liderança de grupos familiares, essas mulheres lutaram contra as dificuldades que lhes eram impostas, assumindo, assim, papéis até então pensados para a execução masculina. Usando da astúcia que lhes era necessária, formaram e conduziram estruturas familiares com formas de organização variadas.

Solteiras, mães, avós, sozinhas ou acompanhadas de um grande grupo, essas mulheres, ditas pobres, encontraram maneiras de lutar pela sobrevivência, seja deslocando-se de um lugar mais afetado pelas secas para outros onde podiam encontrar subsistência, como também souberam se valer dos recursos públicos para o suprimento de suas necessidades.

Ao analisar as dinâmicas migratórias durante as secas na segunda metade do século XIX entre Ceará e Piauí – identificando a composição dos grupos em deslocamento, a presença das mulheres na condução familiar e sua atuação nos cuidados com a família – este trabalho buscou desenvolver um conceito mais preciso para definir a migração familiar. Dessa forma, pretende-se estimular novas pesquisas que enfoquem tanto os deslocamentos familiares no Brasil ao longo dos séculos, quanto o papel das mulheres em contextos históricos e regionais ainda pouco explorados do país.

Referências

A ÉPOCA. Piauí, n. 10, p. 4, 1878a.

A ÉPOCA. Piauí, n. 13, p. 4, 1878b.

A ÉPOCA. Piauí, n. 8, p. 4, 1878c.

A IMPRENSA. Piauí, n. 1053, p. 3, 1888.

A IMPRENSA. Piauí, n. 1054, p. 4, 1889a.

A IMPRENSA. Piauí, n. 1056, p. 4, 1889b.

A IMPRENSA. Piauí, n. 505, p. 4, 1877a.

A IMPRENSA. Piauí, n. 508, p. 4, 1877b.

A IMPRENSA. Piauí, n. 515, p. 4, 1877c.

A IMPRENSA. Piauí, n. 526, p. 4, 1877d.

A IMPRENSA. Piauí, n. 527, p. 4, 1877e.

APEPI - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. *Comissão de Socorros Públicos de Oeiras*. Oeiras: APEPI, 1877.

APEPI - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. *Comissão de Socorros Públicos de Oeiras*. Oeiras: APEPI, 1878a.

APEPI - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. *Comissão de Socorros Públicos de Teresina*. Teresina: APEPI, 1878b.

APEPI - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. *Comissão de Socorros Públicos de Teresina*. Teresina: APEPI, 1879.

APEPI - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Palácio do governo do Piauí. *Ofício n. 621*.Teresina: APEPI, 1877.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. *In*: SCWARCZ, Lilian Moritz. *História da vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 411-438.

BRASIL. *Relatório apresentado assembleia geral legislativa, na quarta sessão da vigésima legislatura, pelo ministro e secretário de Estado dos negócios do Império, Antônio Ferreira Viana*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isidio. Os migrantes cearenses e o horizonte amazônico no século XIX. *Revista de História*, Salvador, v. 4, n. 1, p. 68-87, 2012. Disponível em: http://www.revistahistoria.ufba.br/2012_1/a04.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

CEARÁ. Assembléa Provincial. *Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, presidente da Província do Ceará, abriu a 1. sessão da 24. legislatura da assembleia provincial no dia 1. de novembro de 1878*. Fortaleza: Typographia Brasileira, 1879. (Coleção Livros Raros). Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40776. Acesso em: 25 jan. 2023.

ESTADO DO PIAUHY. Teresina, ano 1, n. 20, 28 fev. 1890. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/844136/per844136_1890_00020.pdf. Acesso em: 4 abr. 2023.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 198-212.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 532-569.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, ano 3, n. 159, 10 jun. 1877. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_01&pagfis=2692. Acesso em: 10 jan. 2023.

LACERDA, Franciane Gama. Requerendo passagem para si e sua família: mulheres migrantes no Pará da virada do século XIX. *Projeto História*, São Paulo, v. 27, p. 305-320, jul./dez. 2003. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10505. Acesso em: 10 abr. 2023.

OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. de. Condição feminina e alternativas de organização doméstica: as mulheres sem companheiros em São Paulo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO, 8., 1992, Caxambú. *Anais* [...]. Caxambú: ABEP, 1992. v. 2. Disponível em: https://proceedings.science/encontro-abep/abep-1992/trabalhos/condicao-feminina-e-alternativas-de-organizacao-domestica-as-mulheres-sem-compan?lang=pt-br#. Acesso em: 10 abr. 2023.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2017.

PIAUÍ. Estado do Piauí. *Relatório com que o Sr. 1. vice-presidente do Estado do Piauí, dr. Joaquim Nogueira Parnaguá, entregou a respectiva administração ao sr. dr. Gabino Besouro, no dia 23 de agosto de 1890*. Teresina: Typografia de Honorato Sousa, 1890.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo, século 19. São Paulo: Marco Zero: Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

SILVA, Jaqueline Padovani da. De esposa a viúva, de viúva a esposa. *In*: SILVA, Jaqueline Padovani da. '*Desta para a melhor'*: a presença das viúvas machadianas no Jornal das Famílias. São Paulo: Editora da UNESP; Cultura Acadêmica, 2015. p. 115-297.

SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. *Emigrados do sertão*: secas e deslocamentos populacionais Ceará-Piauí (1877-1891). Teresina: Cancioneiro, 2024.

Notas

1 Doutor em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), com Pós-doutorado pelo Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí-UFPI. https://orcid.org/0000-0001-7615-0097. mardouglascs@gmail.com